

Os Significados Pragmáticos da Mente e o Sinequismo em Peirce

Peirce's pragmatic meanings of mind and synechism

Lucia Santaella

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

lbrega@pucsp.br

Resumo: O sinequismo é o pensamento que insiste na idéia da importância primordial da continuidade na filosofia. No seu aspecto metodológico, o sinequismo aponta para a necessidade de se levantar hipóteses que envolvam uma verdadeira continuidade. O principal motivo para isso é evitar hipóteses de que isto ou aquilo seja inexplicável, pois o sinequista defende que a única justificativa para uma hipótese é a de que ela forneça uma explicação para os fenômenos. O objetivo deste trabalho é explorar o aspecto metodológico do sinequismo. É a concepção do sinequismo como um princípio regulativo da lógica, prescrevendo que espécie de hipótese deve ser mantida e examinada, que nos revela o significado pragmático do sinequismo que, segundo Peirce, apresenta uma correspondência muito próxima com o significado pragmático da mente.

Palavras-chave: pragmatismo, Peirce, mente, sinequismo, hipótese.

Abstract: Synechism is the kind of thought that insists on the idea of the primordial relevance of continuity in Philosophy. In its methodological aspect, synechism points to the need of raising hypotheses involving true continuity. The main reason for that is to avoid hypotheses that this or that is inexplicable, since the synechist claims that the only justification for a hypothesis is that it provides an explanation to phenomena. The aim of the present paper is to explore the methodological aspect of synechism. It is the conception of synechism as a regulative principle of Logic, prescribing the kind of hypothesis to be entertained and examined, that reveals to us the pragmatic meaning of synechism; a meaning that, for Peirce, presents a very close correspondence to the pragmatic meaning of Mind.

Key-words: pragmatism, Peirce, mind, synechism, hypothesis.

Desde 1967, quando um bom número de comentadores estava quase convencido de que o pensamento de Peirce não passava de “uma colcha de retalhos de tendências incompreensíveis”, Vincent Potter (1967 [1997]: xix) defendia consistentemente que o trabalho de Peirce “de fato, apresenta uma unidade considerável e um bom número das alegadas inconsistências são apenas aparentes”. Grandes blocos de sua obra estão notadamente interconectadas e são interdependentes (ibid.: x). Seguindo essa idéia, Potter (ibid.: 3) afirmou, então, que a revisão peirceana do pragmatismo, por

volta de 1903, trouxe consigo a convicção de que o pragmatismo estava tão inextricavelmente ligado à lógica, à ética e à estética até o ponto de as ciências normativas “nos darem o segredo do pragmatismo de bandeja” (CP 5.129). A descoberta peirceana do lugar dessas ciências, conclui Potter, “colocou em suas mãos o ponto crucial capaz de unificar tudo que ele vinha tentando fazer de maneira mais ou menos bem sucedida por 40 anos”. Uma vez que as ciências normativas estão fundadas nas três categorias fenomenológicas, e uma vez que o pragmatismo, por seu lado, depende do sinequismo, tanto quanto este último está baseado no realismo radical, segundo Potter (ibid.: 6), as categorias, as ciências normativas, o pragmatismo, o sinequismo e o realismo formam todos uma só peça (Santaella 2001: 177).

Concordo plenamente que a seqüência acima indicada é a mais coerente se desejamos tomar Peirce em seus próprios termos, quer dizer, se pretendemos compreender sua posição de dentro. Entretanto, por razões de espaço e oportunidade, vou limitar-me aqui à discussão do sinequismo, focalizando especialmente sua relação com o pragmatismo.

1. Os vários aspectos do sinequismo

A noção peirceana do sinequismo aparece no seu texto sobre *A lei da mente*, incluído na série publicada na *Monist* entre 1890-93 (CP 6.102-163). Sinequismo é uma palavra grega que significa continuidade. Na filosofia peirceana, o sinequismo é o oposto complementar do tiquismo, também uma palavra grega que significa acaso. Esposito (1973: 63) diz que, na maturidade, Peirce começou a acreditar que ele havia delineado um sistema filosófico que poderia servir como uma matriz para todo o seu pensamento. O nome que ele deu para esse sistema metafísico foi sinequismo (CP 6.202). Em uma carta a James, em 25 de novembro de 1902, quando falava sobre o seu sistema completamente desenvolvido, no qual tudo se mantém integrado, não podendo receber nenhuma apresentação apropriada em fragmentos, Peirce afirmou que o sinequismo se constituía na fundação do arco de sua filosofia (CP 8255-257; Potter e Shields 1997: 20).

A metafísica é a primeira ciência na arquitetura filosófica de Peirce que investiga a natureza do mundo objetivo, enquanto a lógica concebida como semiótica, ciência que antecede a metafísica nessa arquitetura, investiga a estrutura do pensamento. Isso significa que há uma diferença entre o pensamento e o mundo (Parker 1994: 52). Entretanto, como veremos mais à frente, Peirce rejeita que essa diferença seja uma diferença de espécie, defendendo que se trata apenas de uma diferença de grau.

Além de desenvolver suas idéias sinequistas, Peirce também deu grande atenção ao tiquismo ou acaso absoluto. Este último foi proposto porque Peirce considerava as explicações mecanicistas e deterministas muito insuficientes, especialmente à luz de suas categorias. A despeito de sua importância, o tiquismo não pode ser tomado como central em sua metafísica, visto que essa centralidade é ocupada pelo sinequismo. É por isso que Peirce objetou a que sua metafísica, como um todo, fosse chamada de tiquista. Ele explicou que

Embora o tiquismo entre nela, apenas entra como subsidiário daquilo que realmente considero como a característica de minha doutrina que está em minha insistência na continuidade, ou Terceiridade, e, a fim de assegurar à Terceiridade sua função efetiva de comando, acho indispensável que seja inteiramente reconhecido que ela é terceira, e que a Primeiridade, ou acaso, e Secundidade, ou reação bruta, são outros elementos; sem a independência dos quais a Terceiridade não teria nada sobre o que operar. Por isso, gosto de chamar minha teoria de Sinequismo, porque ela repousa no estudo da continuidade. Eu não objetaria ao termo Tritismo. E se alguém puder provar que ela é trita, isso me daria um algo grau de prazer. (CP 6.202)

O sinequismo é definido como aquela tendência no pensamento filosófico que insiste na idéia da continuidade como de importância primordial para a filosofia. O contínuo, por seu lado, é definido como algo cujas possibilidades de determinação nenhuma quantidade de individuais pode exaurir (CP 6.169-170). Uma forma rudimentar de continuidade é a generalidade, visto que a continuidade não é outra coisa senão a generalidade perfeita de uma lei de relação (CP 6.172).

O sinequismo envolve vários aspectos, a saber, ontológico, metafísico e metodológico. Embora o objetivo deste trabalho seja o de colocar ênfase neste último, não seria possível entender a relação do sinequismo com o pragmatismo sem uma breve explicitação de seus aspectos ontológicos e metafísicos.

2. A relevância dos conceitos antropomórficos em filosofia.

No seu texto sobre *A doutrina da necessidade examinada* (CP 6.35-6.65, 1892), Peirce rejeitou a universalidade da uniformidade da natureza e seu conseqüente mecanicismo. De acordo com Cosculluela (1992: 743), contra a sugestão de que a observação da natureza prova que o determinismo é verdadeiro, Peirce defendeu que a observação meramente mostra que há um elemento de uniformidade na natureza, mas não que essa regularidade é “exata e universal” (CP 6.46, 1.55). “Nenhuma observação ou conjunto de observações, que os seres humanos são fisicamente capazes de realizar, podem provar que todo fato é precisamente determinado por lei.” (Cosculluela *ibid.*: 743) Em síntese: os fatos não se ajustam precisa e uniformemente à lei.

Peirce não negou que há leis na natureza. Ao contrário, asseverou que as leis da natureza são gerais reais, o que significa que há um elemento de regularidade na natureza. A regularidade das leis, entretanto, estão constantemente sendo violadas em algum grau (CP 6.59, 6.588). O tiquismo resulta da regularidade imperfeita da natureza, provocada por “desvios infinitesimais da lei” com que a natureza está literalmente infestada. Quanto mais precisas nossas observações se tornam, mais provável também se torna encontrarmos fatos que não se conformam inteiramente à lei (CP 6.46). Essa é uma prova de que o acaso é um traço objetivo da natureza.

Hoockway (1997: 18-21) argumenta que, desde 1884, no seu *Design and Chance* (W4: 544-554), Peirce estava atento à violação esporádica das leis da natureza em algum grau infinitesimal. Notando que o acaso é governado pelas leis do cálculo das probabilidades, defendeu que o acaso “tem a propriedade de ser capaz de produzir uniformidades muito mais estritas do que aquelas com base

nas quais ele age” (W4: 551). Da indicação de que certas leis da natureza são “fatos estatísticos”, muito embora algumas leis sejam tão bem estabelecidas que os desvios por que elas passam são raros e ínfimos para serem notados, o passo seguinte de Peirce, tomado em um suplemento ao *Design and Chance* (W4: 553), foi propor que as leis da física podem ser hábitos gradualmente adquiridos pelos sistemas (W4: 551). Essa sugestão antropomórfica dos hábitos da natureza, como um análogo dos processos pelos quais os seres humanos adquirem hábitos de conduta, não era novo, visto que já havia sido adotado por Peirce no seu manuscrito sobre *Methods of reasoning*, de 1881 (ver Hoockway *ibid.*: 20).

De 1884 em diante, o conceito antropomórfico de hábito da natureza tornou-se o conceito central do sinequismo peirceano. Ao mesmo tempo, Peirce passou a defender a relevância de conceitos antropomórficos na filosofia:

De fato, hábitos, no seu modo de formação, necessariamente consistem na permanência de alguma relação, e, portanto, ... cada lei da natureza consistiria em alguma permanência, tal como a permanência da massa, momentum e energia. Sob esse aspecto, a teoria ajusta-se admiravelmente aos fatos. (W6: 210).

Desse modo, a insistência peirceana na importância do acaso absoluto foi apropriadamente contrabalançada pelo papel que os hábitos desempenham na natureza. Em 1886, em um manuscrito intitulado *One, two, three: Kantian categories* (W5: 293), a tendência da natureza a adquirir hábitos foi claramente postulada. “Devemos ... supor”, Peirce dizia,

um elemento de acaso absoluto, casualidade, espontaneidade, originalidade e liberdade na natureza. Devemos supor, além disso, que esse elemento, em um passado remoto, era muito mais proeminente do que agora, e que a conformidade presente quase exata à lei é algo que foi emergindo gradativamente ... Se o universo está, assim, encaminhando-se de um estado de nada mais do que puro acaso para nada mais do que pura determinação pela lei, devemos então supor que há, nas coisas, uma tendência elementar original para adquirir determinadas propriedades, para adquirir hábitos. Esse é o terceiro elemento mediador entre o acaso, que traz consigo o Primeiro e eventos originais, e a lei que produz seqüências de Segundos. Essa tendência deve, ela mesma, ter evoluído gradativamente; e ela evidentemente tende a se fortalecer.

Em 1887, três anos mais tarde, no seu *A guess at the riddle* (W6: 166-210), a tendência a adquirir hábitos “não introduziu algo muito distinto da lei, pois a tendência para adquirir hábitos é também uma lei que explica a evolução das leis, incluindo a si mesma” (Hoockway 1997: 20). Com isso, Peirce pôde encontrar sua explicação para o caráter evolutivo de todas as leis, um caráter que deriva de elas serem submetidas ao crescimento e à mudança.

A tendência a obedecer a leis sempre esteve e sempre continuará crescendo ... Essa tendência ela mesma se constitui em uma regularidade e está continuamente crescendo. Quando olhamos para trás, estamos olhando para períodos em que essa tendência era cada vez menos decisiva. Mas sua natureza essencial é crescer. Trata-se de uma tendência generalizante que faz com que as ações no futuro sigam alguma generalização de ações passadas; e essa tendência é algo capaz de generalização similar; assim sendo, ela é autogerativa. Temos, pois, apenas que supor a mais ínfima semente dela no passado, e esse gérmen estaria fadado a

desenvolver-se em um princípio poderoso e sobredeterminante, até que ele supere a si mesmo ao reforçar os hábitos em leis absolutas, regulando a ação de todas as coisas em todos os aspectos no futuro indefinido. De acordo com isso, três elementos são ativos no mundo: primeiro, acaso; segundo, lei, e terceiro, aquisição de hábitos. Essa é a adivinhação do segredo da esfinge. (W6: 208)

Essa adivinhação sugere que aquisição de hábito ou continuidade seja a ponte, isto é, a mediação entre a possibilidade ou acaso, primeiridade, e atualidade ou lei operativa, secundidade. As categorias peirceanas devem ser entendidas aqui como categorias de relação e modalidade em vez de categorias de substância e qualidade. Elas não se limitam nem ao modo de ser da possibilidade apenas, nem ao modo de ser de uma coisa individual ou fato atual. De acordo com o sinequismo, não há nada sobre a atualidade que apenas *é*. De um lado, a atualidade retém um elemento de acaso arbitrário, um elemento fortuito que a predispõe a ser algo distinto daquilo que é. De outro lado, a lei do hábito prescreve que os eventos atuais não podem escapar do governo das leis. Entretanto, a regularidade das leis está constantemente sendo violada em algum grau infinitesimal por um elemento de acaso arbitrário. Assim, “na dialética do devir, fato atual ou existência, secundidade, é apenas parcialmente real; seu destino está no contexto mais amplo da Terceiridade” (Esposito 1973: 67). O evolucionismo *tout court* implica que nada escapa ao princípio-guia da aquisição de hábitos ou terceiridade.

À luz do sinequismo, terceiridade significa continuidade, isto é, terceiridade relacional que implica a inter-relação das três categorias e sua coexistência dentro da terceiridade. Assim, a continuidade não deve ser compreendida como inteiramente desenvolvida ou levada ao limite da generalização. A continuidade é, isto sim, um estado disposicional que infinitamente tende a se espalhar. Isso é possível porque a continuidade possui, dentro de si, o princípio da descontinuidade, visto que a originalidade do acaso viola a conformidade de um evento ao governo estrito da lei. Por isso mesmo, leis são aproximações que retêm uma propensão ou disposição para adquirir novos hábitos ou continuidade.

3. A metafísica antidualista radical de Peirce

Para Peirce, um sistema filosófico deve ser capaz de dar conta dos seguintes traços distintivos do universo observável: crescimento e desenvolvimento de complexidade; variedade; regularidade, isto é, leis da natureza; por fim, consciência ou sentimento (CP 6.613, Reynolds 1996: 404). Sua idéia sinequística dos hábitos da natureza como um oposto complementar do acaso, conforme já vimos, possibilitaram-lhe dar conta das primeiras três exigências: crescimento, variedade e leis da natureza. Faltava-lhe, portanto, resolver a quarta questão, a da consciência ou sentimento no universo. Peirce rejeitava veementemente qualquer separação dualista entre a consciência e a matéria, pois isso seria trair seu sinequismo que prescrevia um evolucionismo *tout court* e, conseqüentemente, um antidualismo radical. Entretanto, supor que a matéria morta seria capaz de sentimento era uma hipótese bem improvável. Que caminho poderia ser encontrado para sair desse dilema?

Dada uma escolha entre o dualismo cartesiano e alguma variedade de monismo, para Peirce a filosofia deve adotar o monismo. Há três direções possíveis para desenvolver-se o monismo: a) o neutralismo, que toma as leis físicas e psíquicas como independentes umas das outras e derivadas de uma substância primordial; b) o materialismo, que considera as leis psíquicas como derivadas das leis físicas; c) o idealismo, que considera as leis físicas como derivadas das psíquicas. A navalha de Occam conduziu Peirce contra o neutralismo, e o primeiro princípio do pensamento filosófico — a saber, não recorra ao inexplicável como uma explicação (CP 6.24) — conduziu-o contra o materialismo. Assim sendo, o realismo objetivo surgiu-lhe como a única alternativa razoável: a matéria é mente ressecada, congelada (*matter is effete mind*) (Potter 1997: 133).

Se a matéria é mente congelada, e as leis físicas são derivadas das psíquicas, há apenas uma espécie de substância no universo, que é a substância da mente. A grande lei do universo é a lei da mente. Mas o que é a lei da mente?

A análise lógica aplicada ao fenômeno mental mostra que há apenas uma lei da mente, que as idéias tendem a se espalhar continuamente e afetar outras que estão para elas em uma relação de afecção. Ao se espalhar, as idéias perdem intensidade e, particularmente, o poder de afetar outras, mas ganham generalidade e misturam-se com outras idéias. (CP 6.104)

Essa é a tendência a generalizar e formar associações, que é também a tendência para adquirir hábitos, ela mesma um hábito (CP 6.612).

Mas nenhuma ação mental parece ser necessária ou invariante no seu caráter. Qualquer que seja a maneira pela qual a mente reagiu sob uma dada sensação, dessa mesma maneira ela tenderá a reagir outra vez: entretanto, se isso fosse uma necessidade absoluta, os hábitos se tornariam endurecidos e inabaláveis, e, sem nenhum espaço para a formação de novos hábitos, a vida intelectual chegaria a um rápido fechamento. Por isso mesmo, a incerteza da lei da mente está longe de ser um defeito dela, mas, ao contrário, constitui-se na sua essência. (CP 6.148)

Nesse ponto, a lei da mente aparece como o protótipo do estado disposicional da continuidade ou terceiridade, aquela espécie de lei que é própria da causação final (ver Santaella 1999a). Assim sendo, o que Peirce encontrou na natureza e no pensamento é uma tendência geral de possibilidades ou eventos casuais coalescerem por meio da aquisição de hábitos. Essa é a generalidade relacional de que o dinamismo e o crescimento do universo derivam. O protótipo dessa lei está na mente humana, no modo como as idéias se associam em nossa mente, que é análogo às leis probabilísticas da natureza (Menno 2000: 7).

Com o acaso objetivo, Peirce introduziu a consciência rudimentar na natureza. O que, por dentro, é sentimento; por fora, é acaso. Com a extensão da noção de aquisição de hábitos até o mundo da física e da química, até o mundo das leis físicas, Peirce conseguiu desenvolver seu evolucionismo *tout court*.

Desse modo, seu monismo da mente ou idealismo objetivo não é apenas uma inversão da concepção fisicalista da mente, de acordo com a qual os estados mentais são simplesmente estados físicos. O que ele asseverou foi que toda a realidade, em uma série infinita de diferenciações, é governada pela lei da mente, quer dizer, a lei para adquirir hábitos. Note-se que, com isso, ele não quis dizer que a matéria tem a

substância da mente, nem “substância” no sentido antigo de uma coisa, nem no sentido químico moderno. Em suma, dizia Peirce:

A verdade é que a mente não se submete à lei do mesmo modo rígido com que a matéria se submete. A mente só experimenta forças gentis que a tornam mais propensa a agir de um determinado modo do que de outro. Sempre permanece uma certa quantidade de espontaneidade arbitrária em sua ação, sem o que a mente morreria. (CP 6.148)

Em contraste, aquilo que chamamos de matéria é mente tão cerrada em hábitos, tão regular, que ela cessa de exibir o mesmo comportamento espontâneo que é tão abundante na mente (CP 6.25; Reynolds 1996: 4-5-406). Enquanto a mente é anárquica, a matéria é obediente à lei. Entretanto, a mente humana e a matéria física não são apenas os dois extremos de um espectro muito sutil e complexo de diferenças na flecha do tempo contínua que constitui a natureza.

Além disso, Peirce tomou os princípios da flecha do tempo como paradigmáticos de qualquer processo evolutivo, tanto na natureza quanto na mente. O que ele buscava era a definição de um processo irreversível que fosse suficientemente abstrato e capaz de englobar o mental e o físico. No contexto metafísico do sinequismo, mente é sinônimo de continuidade, é a tendência do universo para a aquisição de hábitos. No contexto lógico da semiótica, mente é sinônimo de semiose. Mente, portanto, é continuidade e semiose. Neste conceito, encontramos o mais fundamental ponto de intersecção da metafísica com a lógica ou semiótica.

4. O pragmatismo como um passo para o sinequismo

Peirce afirmou, com freqüência, que seu pragmatismo estava intimamente relacionado com o sinequismo, isto é, sua versão do pragmatismo leva ao sinequismo no sentido de que o sinequismo inclui o pragmatismo como um passo. Em função disso, Peirce enfatizou o aspecto metodológico do sinequismo quando afirmou que o sinequismo “não é uma doutrina metafísica última e absoluta”, mas, como a própria máxima pragmática, “é um princípio regulador da lógica” (CP 6.173). Enquanto essa máxima lida com o significado dos conceitos, o princípio sinequista prescreve

que espécie de hipótese se ajusta para ser entretida e examinada. O sinequista, por exemplo, nunca ficaria satisfeito com a hipótese de que a matéria é composta de átomos, todos esféricos e exatamente iguais. Se essa é a única hipótese que os matemáticos estão até o presente em condições de levantar, deve-se supor que ela possa ter alguns traços de semelhança com a verdade. Mas nem a eternidade dos átomos, nem a semelhança precisa são, aos olhos do sinequista, um elemento da hipótese que possa ser nem mesmo hipoteticamente admissível. Pois isso seria tentar explicar os fenômenos por meio de uma absoluta impossibilidade de explicação. Do mesmo modo, não é uma hipótese ajustada para ser entretida que qualquer lei dada é absolutamente acurada ... Em síntese, o sinequismo resume-se ao princípio de que inexplicabilidades não devem ser consideradas como possíveis explicações. (CP 6.173)

Portanto, à luz do sinequismo, devem ser consideradas aquelas hipóteses que implicam verdadeira continuidade.

O motivo central está em se evitar a hipótese de que isto ou aquilo são inexplicáveis, pois o sinequista mantém que a única justificativa possível para se entreter uma hipótese está em que ela forneça uma explicação para o fenômeno. Ora, supor que algo seja inexplicável é não apenas falhar em explicá-la, e assim levantar uma hipótese injustificável, mas, pior do que isso, é colocar uma barreira no caminho da ciência, ao proibir toda tentativa de se compreender o fenômeno. (CP 6.171)

Peirce pretendia mostrar uma relação muito estreita entre o significado pragmático do sinequismo e o significado pragmático da mente. Idéias são eventos ou ações que operam em sinequismo (Wells 1996: 218). Embora haja um elemento não explicável e último na secundidade, isto é, naquilo que diretamente se força sobre nós, a tendência para a generalização a partir dessa experiência não pode ser evitada,

visto que, apenas à medida que podem ser generalizados, os fatos podem ser compreendidos ... isto é, a única forma sob a qual qualquer coisa pode ser entendida é a forma da generalidade, que é a mesma coisa que continuidade ... e a realidade mesma ... não é outra coisa senão o modo pelo qual os fatos devem ser entendidos em última instância.

Essa última instância, entretanto, não pode ser vista como algo a ser inteiramente realizável, uma vez que a “continuidade é a ausência de partes últimas naquilo que é divisível” (CP 6.173). Assim sendo, “continuidade não significa generalização inteiramente desenvolvida ou tomada no limite da generalização, mas significa, isto sim, um estado disposicional que tende a se espalhar” (Wells *ibid.*: 234).

Embora esse estado disposicional se manifeste por todos os reinos da natureza, sua otimização se encontra na mente humana, e o clímax de sua realização se encontra na idéia peirceana do método científico. De fato, Peirce afirma que “as leis mentais seguem as formas da lógica” (CP 6.144). Não é por acaso que Turrisi (1997: 92-98) conclui seus comentários sobre a 7ª *Harvard Lecture on Pragmatism* pondo a devida ênfase nos três tipos de raciocínio – abdução, dedução e indução –, que compõem o método da ciência. É na metodêutica, de fato, que o pragmatismo encontra sua morada lógica. Mas afirmar pragmaticamente a questão do método científico nos levaria ao seguinte: qual é o propósito último da investigação? Costuma-se dizer que a “predição dos fatos” deveria ser a finalidade da pesquisa. Depois que uma hipótese foi levantada

o processo dedutivo extrai quais tipos de conclusões são necessárias. O processo indutivo encontra a razão da freqüência pela qual esses resultados logicamente necessários, determinados pela dedução, de fato ocorrem. Se a abdução atingir seu alvo e a análise dedutiva for desempenhada razoavelmente, os resultados indutivos demonstrarão uma alta freqüência. Quer dizer, o conceito inicialmente colocado na abdução se revelará uma aproximação quase acurada da experiência, uma explicação da experiência. (Turrisi *ibid.*: 97-98)

Nesse sentido, o propósito último da investigação seria o de fixar opiniões depois de se dar o peso devido à experiência e à realidade. Entretanto, se prestar-mos atenção ao fato de que as explicações da experiência não podem nunca ser completamente acuradas, mas apenas aproximativas, podemos aqui compreender porque o aspecto metodológico do sinequismo veio dar suporte à lógica da vagueza desenvolvida por Peirce. Mais do que isso, conforme já desenvolvi em outra

ocasião (Santaella, no prelo), de acordo com o evolucionismo *tout court* de Peirce, do qual o sinequismo é um corolário, tanto o mundo exterior quanto o nosso conhecimento estão continuamente evoluindo. Entretanto, para perseguir o fim pragmático, a experiência é necessária, pois, sem ela, não há como introduzir uma nova idéia. Sob o impacto da experiência e como resultado da auto-correção do método da ciência, haverá uma tendência à crescente uniformidade das opiniões, fazendo-as incorporar-se a um conjunto de leis gerais. Há, porém, um elemento de acaso no universo, responsável pelas variações acidentais. Disso resulta que, provavelmente, não haverá nunca resposta definitiva para nossas perguntas. Além disso, a propensão de todas as coisas vivas, e mesmo das não vivas, para adquirir hábitos, não é apenas uma lei entre outras, mas a lei governando todas as leis.

São as leis gerais que tornam os fenômenos regulares e inteligíveis, sendo, por isso mesmo, os fenômenos mais completamente reais do universo. É em razão disso que o pragmatismo não pode fazer da ação, muito menos da ação individual, o *summum bonum* da espécie humana. À medida que a evolução progride, a inteligência humana vai desempenhando um papel cada vez maior no crescimento da razoabilidade por meio de sua característica mais peculiar e inalienável, o autocontrole. No princípio, a mente humana nasceu como fruto dessa evolução, mas uma vez tendo nascido, ela passou a poder influenciar o curso da evolução pela conduta deliberada em resposta à escuta da natureza. Mesmo que a perversidade de gerações inteiras escolha caminhos contrários a essa direção, no longo curso do tempo, o homem será forçado pela experiência a reconhecer a natureza e sua própria natureza como crescendo em razoabilidade, guiando-o na sua busca.

Para Peirce, a investigação científica é algo que vale a pena porque ela é o meio privilegiado de conversar com a natureza em todas as suas formas: macroscópica e microscópica, inorgânica, biológica, humana – em todas as multiplicidades de suas aparições. Essa conversação começa na abdução. Entretanto, por ser bastante especial, o assunto dessa conversação será deixado para outra ocasião.

Referencias bibliográficas

COSCULLUELA, Victor (1992). Peirce on tychism and determinism. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, vol. XXVIII, no. 4, 741-755.

ESPOSITO, Joseph (1973). Synechism, socialism, and cybernetics. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, vol. IX, n. 2, 64-78.

HOOKEYWAY, Christopher (1997). Design and chance: The evolution of Peirce's evolutionary cosmology. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, vol. XXXIII, n. 1, 1-34.

——— (2000). C.S. Peirce on causality and causation. *Peirce's Digital Encyclopedia*, João Queiroz (ed.). Disponível na internet em: <<<http://www.pucsp.br/~cimid/>>>

PARKER, Kelly (1994). Peirce's semeiotic and ontology. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, vol. XXX, n. 1, 52-75.

PEIRCE, C. S. (1931-58). *Collected papers of Charles Sanders Peirce*. Ed. by C. Hartshorne and P. Weiss (v. 1-6); Arthur Burks (v. 7-8). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1958. 8 v. [MS refere-se aos manuscritos não publicados, segundo o Institute for Studies in Pragmaticism. Lubbock: Texas. NEM refere-se aos *The New Elements of Mathematics by Charles S. Peirce*. Ed. by C. Eisele. 5 vols in 4. The Hague: Mouton.]

——— (1982-). *Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition*, volumes 1-6, M. Fisch, E. Moore, C. Kloesel, N. Houser (eds.). Bloomington: Indiana University Press. References are W followed by the number of volume and number of page.

POTTER, Vincent (1967). *Charles S. Peirce on Norms and Ideals*. The University of Massachusetts Press, 2nd ed., 1997, Fordham University Press.

POTTER, V. and SHIELDS, Paul (1977). Peirce's definitions of continuity. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, vol. XIII, n. 1, 20-34.

REYNOLDS, Andrew (1996). Peirce's cosmology and the laws of thermodynamics. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, vol. XXXII, n. 3, 403-423.

SANTAELLA-BRAGA, Lucia (2001). Esthetics, the supreme ideal of human life. *Semiotica* 135/1/4, 175-189.

——— (no prelo). O método anticartesiano de C. S. Peirce.

TURRISI, P. (ed.) (1997). *Pragmatism as a principle and method of right thinking*. Introduction and Commentary. State University of New York Press.

WELLS, Kelley (1996). An evaluation of Hartshorne's critique of Peirce's synechism. *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, vol. XXXII, n. 2, 216-246.